



Bem Viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-Covid-19

Good Living: rethinking the creation of a new lifestyle in the post-Covid-19 age

Carlos Alberto Cioce SAMPAIO^{1,2,3,4}, Liliane Cristine Schlemer ALCANTARA^{5*}, Paulo Henrique Freire VIEIRA⁶

¹ Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil.

² Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Instituto Ânima, Palhoça, SC, Brasil

³ Instituto Superior de Economia e Administração do Mercosul (ISAE), Curitiba, PR, Brasil.

⁴ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasília, DF, Brasil

⁵ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, Brasil.

⁶ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

* E-mail de contato: lilianecsa@yahoo.com.br

Artigo recebido em 29 de maio de 2020, versão final aceita em 18 de maio de 2021, publicado em 22 de abril de 2022.

RESUMO: De forma inesperada, a nova pandemia do Covid-19 veio se somar às múltiplas síndromes interdependentes que configuram o agravamento acelerado da crise socioecológica global. Uma de suas características mais marcantes tem a ver com o fato de estar contribuindo para sinalizar a necessidade de revisões mais ou menos drásticas de *modos de vida* sancionados em praticamente todas as latitudes. Ao que tudo indica, as incertezas assim geradas abrem espaço para novos desenhos civilizatórios quase meio século após a realização da Conferência de Estocolmo. Os impactos previsíveis nas lógicas dominantes de regulação dos sistemas econômicos e político-institucionais representam um vetor decisivo que aponta nesta direção. Levando em conta este novo e inquietante perfil da crise global, objetiva-se analisar o potencial contido no enfoque “pós-desenvolvimento-ecocêntrico” do *Bem Viver*, tendo em vista uma tomada de posição renovada no debate ecopolítico mais recente – agora da perspectiva das novas linhas de reflexão que surgiram com a irrupção da pandemia do Covid-19. Explora-se o potencial criativo contido nesta controvertida noção à luz das contribuições seminais de Manfred Max-Neef sobre *desenvolvimento à escala humana*, e de Karl William Kapp e Ignacy Sachs sobre *ecosocioeconomias*. A intenção é balizar, de forma ensaísta, a elaboração de uma nova linha de reflexão acadêmica sobre os limites cognitivos e ético-políticos do pensamento neoliberal

hegemônico, frente aos indícios cada vez mais inquietantes de comprometimento mais ou menos irreversível do metabolismo do *Sistema-Terra*.

Palavras-chave: pandemia covid-19; bem viver; ética ecocêntrica; modos de vida; ecossocioeconomias.

ABSTRACT: Unexpectedly the new Covid-19's Pandemic has joined to the multiple interdependent syndromes which configure the accelerated worsening of the global socio-ecological crisis. This suggests the necessity to drastically review the lifestyle in practically all latitudes of the world. The uncertainties generated new civilizing designs almost half a century after the Stockholm Conference. The predictable impacts on the dominant regulation logic of economic and political-institutional systems represent a decisive vector that points in this direction. From this new and disturbing profile of the global crisis, the objective is to analyze the potential contained in the "post-development ecocentric" Good Living's approach to take a renewed position in the most recent ecopolitical debate - now from the perspective of new lines of reflection that emerged with the outbreak of the Covid-19's Pandemic. It uses an essay based on a descriptive stage with a literature review and critical theoretical analysis established on the interface and the post-development proposal of Good Living itself overall using the human-scale development thesis of Manfred Max-Neef and the eco-socioeconomics thesis by Karl William Kapp and Ignacy Sachs. The intention is to create a new line of academic reflection on the cognitive and ethical-political limits of the hegemonic neoliberal ideological thought in face of the increasingly disturbing signs of almost irreversible impairment of the System-Earth.

Keywords: covid-19's pandemic; good living; ecocentric ethics; lifestyle; eco-socioeconomies.

Daqui em diante, temos um dever de lucidez: aceitar a dimensão trágica da situação, aguçar um espírito crítico sobre as raízes do desastre, não abdicar da nossa responsabilidade, identificar e nomear o adversário, travar combate.

Jean-Marc Gancille

1. Introdução

A súbita irrupção da pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2) no primeiro semestre de 2020 e que atualmente se mantém tão preocupante quanto, veio projetar a crise socioecológica global em novo e inquietante nível de gravidade. Imersos na emergência mais contundente dos últimos cem anos, com um custo humanitário ainda incalculável, a situação tornou-se tão complexa que os diagnós-

ticos, prognósticos e planos de ação disponíveis parecem inócuos. As angústias e incertezas que cercam a evolução e os impactos desta síndrome sem precedentes refletem a vulnerabilidade congênita dos modelos de desenvolvimento socioeconômico alinhados à ortodoxia neoliberal. Mesmo em países com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, os custos sociais e ecológicos envolvidos vêm se mantendo em espiral ascendente (UN & UNDP, 2018).

Uma parcela considerável da população mundial continua sem dispor de condições mínimas para o exercício de uma vida digna. Em 2019, o Banco Mundial constatou que em 101 países, abrigando cerca de 1,3 bilhões de pessoas, prevalece para cada unidade familiar o *Índice Multidimensional de Pobreza* fixado em US\$ 1,90/dia. (UN, 2020). Nessas populações fragilizadas e marginalizadas, a

adoção de medidas básicas de higiene na prevenção e no combate a doenças infectocontagiosas (como o Covid-19) não costuma fazer parte dos seus códigos de conduta, em luta implacável pela sobrevivência no cotidiano. Como não pensar também na expansão acelerada de bolsões de pobreza, exclusão social e violência (direta e estrutural) em áreas periféricas dos nossos centros urbanos?

O custo socioecológico é evidenciado a partir do estudo dos limites planetários (Rockström *et al.*, 2009; Steffen *et al.*, 2015). Estes autores apontam que quatro dos nove limites reconhecidos já foram ou estão sendo rompidos, a saber, a mudança climática, a integridade da biosfera (perda da diversidade genética e incerteza quanto aos riscos para a diversidade funcional), as mudanças no assim chamado sistema-terra, e os fluxos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo. Tais alterações podem potencialmente conduzir a um novo estado biofísico do Planeta, caso os limites continuem sendo substancial e persistentemente transgredidos. Aliás, a perda de habitats naturais, com a decorrente aproximação de espécies animais silvestres, tais como morcegos, aos núcleos urbanos, é considerada como provável responsável pela transmissão do coronavírus a seres humanos (Latinne *et al.*, 2020).

Não obstante os avanços alcançados pela pesquisa científica e tecnológica, as evidências disponíveis comprovam que disparidades sociais aumentam continuamente em praticamente todas as latitudes. Denunciadas nos primeiros modelos de simulação dos limites ecológicos e sociais do crescimento material ilimitado ao longo da década de 1970, as assimetrias Norte-Sul continuam a figurar como um dado supostamente incontornável na geopolítica global. Em outras palavras, vem se tornando cada vez mais evidente a falência dos sistemas políticos

e das ordens jurídicas que os sustentam na busca de soluções efetivas para a crise socioecológica global e, por implicação, para a crise sanitária que aflorou recentemente e que constitui um dos seus novos subprodutos (Carbajosa & Bassets, 2020; Oliveira, 2020; Ty, 2020).

Segundo Alícia Bárcena, Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a pandemia do Covid-19 acabou produzindo efeitos simplesmente, devastadores nas economias nacionais e nos processos de autorregulação dos mercados competitivos globalizados. Na sua opinião, muito provavelmente nenhum país conseguirá se reerguer economicamente daqui em diante sem apelar para a formação, em caráter emergencial, de novos acordos de cooperação nos níveis regional e global (UN & CEPAL, 2020). No campo das políticas de saúde coletiva, as estatísticas disponíveis apontam que “mais de 50% da população mundial sediada no meio rural e 20% da população urbana carecem atualmente de cobertura legal, sendo que 2.2 bilhões não dispõem sequer de acesso a mananciais de água potável e 4.2 bilhões vivem em condições absolutamente precárias de saneamento básico”. Nos assim chamados *países em desenvolvimento*, a mesma autora assinala que, via de regra, os governos chegam a investir apenas 2% do PIB em saúde e saneamento, em comparação com os denominados países desenvolvidos “que costumam gastar, em média, cerca de 4,7%” (UN & CEPAL, 2020, p. 5).

De fato, mesmo em sua fase inicial, a crise do Covid-19 estava impactando duramente os mercados financeiros globais, impondo pesadas perdas e intensa volatilidade. As interrupções nas cadeias de suprimentos e a queda dos preços das *commodities*, em particular o petróleo, agravam ainda mais esses

impactos. Ao mesmo tempo, a fragilização das moedas locais contribui para restringir a capacidade dos governos nacionais de promoverem uma dinâmica de estabilização de suas economias (UN & CEPAL, 2020). Neste sentido, o debate que parece prioritário na fase atual de agravamento acelerado da crise global vai além de uma reflexão de cunho conservador e reformista sobre como manter a hegemonia do cálculo econômico-financeiro no desenho de novos projetos de sociedade. Na contramão do imaginário fáustico de mercantilização indiscriminada dos sistemas de suporte da vida na ecosfera, o desafio crucial parece residir na arquitetura de um novo projeto civilizatório de cunho *pós-desenvolvimento* e *ecocêntrico*, que esteja à altura da busca ancestral de modos de vida emancipadores inspirados no respeito pelo valor intrínseco de todas as formas de vida na ecosfera (Eckersley, 1992; Sachs, 1993; Rist, 2007; Eckersley *et al.*, 2010; Latouche, 2010).

A partir dessas digressões, objetiva-se analisar o potencial contido no enfoque “pós-desenvolvimento-ecocêntrico” do *Bem Viver*, tendo em vista uma tomada de posição renovada no debate ecológico mais recente – agora da perspectiva das novas linhas de reflexão que surgiram com a irrupção da pandemia do Covid-19. Apesar do conceito original de *Bem Viver* (*sumak kawsay*, *suma kamaña*, *kume mognen*) estar sendo apropriado de forma contravertida em diferentes correntes do pensamento ecológico contemporâneo, acredita-se que suas bases filosóficas remetem aos ideais regulativos de regeneração cultural e de doação de novos sentidos existenciais à presença humana no mundo. Eles descortinam, dessa forma, novos pontos de referência para a realização de diagnósticos cada vez mais bem comensurados ao reconhecimento (sutil) dos limites da linguagem na decodificação do sentido

mais profundo das relações que mantemos com a natureza. Este novo ângulo de visão evidencia as armadilhas colocadas pelo uso de metáforas dualistas, ao pressupor que os seres humanos são *constituídos* pela matriz autorregulada de inter-relações dinâmicas que os investe do estatuto de componentes integrais de uma comunidade de vida hipercomplexa e indivisível. Abrem-se, assim, espaços socialmente ainda muito pouco visíveis para o cultivo de um novo senso de identidade planetária, agora da perspectiva de um sistema ecosférico a ser dotado de valor intrínseco no âmbito de um novo código jurídico internacional em gestação (Cabanes, 2016; Capra & Mattei, 2018) A pesada herança cultural de corte antropocêntrico, herdada da Revolução Industrial é substituída pela edificação de um novo ordenamento socioeconômico, sociocultural e sociopolítico-jurídico inspirado no pensamento ecológico (Eckersley, 1992).

Apesar do estágio ainda incipiente dessa nova linha de pensamento ecológico-humano, acredita-se que seria possível estabelecer uma relação direta entre a problemática das *novas pandemias emergentes* e a análise prospectiva de novos estilos de desenvolvimento e novos projetos de sociedade. Neste sentido, busca-se explorar a fecundidade do debate sobre a noção de *Bem Viver* por meio de uma reflexão que hibridiza as noções de ecocentrismo, desenvolvimento à escala humana e ecossocioeconomias.

2. Características da pandemia do Covid-19

Epidemias e pandemias são fenômenos recorrentes desde a Antiguidade. Por exemplo, no século II d.C. o Império Romano conviveu com

uma epidemia conhecida como peste antonina (ou dos antoninos). No século XIV, a peste bubônica (ou peste negra) estendeu-se da Ásia Central à Europa, no bojo da expansão do comércio marítimo internacional. E desde o século passado, modalidades cada vez mais agressivas de novas pandemias vêm se disseminando: gripe espanhola, gripe suína (H1N1), síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) e síndrome respiratória aguda grave (SARS), dentre outras (Ty, 2020).

O Coronavírus atual é semelhante ao vírus da síndrome respiratória grave (SARS) que ocorreu entre 2002-2003 e contaminou cerca de 8.000 pessoas. No caso do SARS-CoV-2, a taxa de mortalidade inicial estimada era em uma para cada setenta pessoas (Vernimmen, 2020).

A diferença entre os dois tipos é que o SARS-CoV-2 se dissemina com maior rapidez, sobretudo as novas variantes, apesar de gerar sintomas mais leves no período de incubação. Dessa forma, tende a ser maior o tempo transcorrido entre o período de incubação e a manifestação da doença. Ainda que se tenha encontrado uma vacina no final de 2020, não há quantidade suficiente atualmente para imunizar os grupos prioritários de risco em todos os países, ainda que se tenha alguns países com planos de vacinação mais adiantados, como Israel e Estados Unidos. Os protocolos de prevenção colocam em primeiro plano medidas de isolamento social, restrições ao consumo de animais selvagens, uso de equipamentos de proteção individual (EPIs), em especial máscaras e protetores faciais, e protocolos de higienização (uso de sabão e complemento com álcool nas mãos). Ressalta-se que outro fator de risco provocado pela imunização assimétrica, ora entre regiões subnacionais de um mesmo país ora entre países, é o surgimento de novas variantes que,

normalmente, possuem taxas de transmissibilidade maiores, o que ocasiona colapso nas unidades de saúde (UN & WHO, 2021).

Os Coronavírus sempre representaram uma séria ameaça à saúde dos seres humanos e de outras espécies animais. Eles se caracterizam como uma família de vírus que causam sobretudo infecções respiratórias com níveis diferenciados de letalidade. A nova variedade emergente de Coronavírus, denominada Covid-19, surgiu no município chinês de Wuhan em dezembro de 2019 (Brasil, 2020). Mas, foi oficialmente reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (WHO) apenas em março de 2020. Desde então, o surto inicial continua em expansão em vários países do mundo.

Inicialmente, a tomada de consciência pública sobre os seus riscos concentrou-se nos aspectos biológicos, epidemiológicos da doença (Aaltola, 2020). A consideração de suas implicações para a elaboração de novas políticas públicas de saúde e saneamento para os próximos anos tem sido objeto de um volume crescente de contribuições na comunidade científica internacional (Fung & Liu, 2019; Aaltola, 2020; Carbajosa & Bassets, 2020; Leff, 2020; Oliveira 2020; Ramonet, 2020; Reyes 2020; Santos 2020; Schubert, 2020; Ty, 2020; Vernimmen, 2020), dentre outros.

Os primeiros casos surgidos na China alastraram-se rapidamente para diversos países asiáticos. Na Europa, os impactos iniciais mais violentos foram sentidos sobretudo na Itália, na Espanha e na França. No momento da redação deste artigo, os EUA figuram em primeiro lugar no ranking dos países que concentram o maior número de casos diagnosticados: cerca de 32.534.073, com um número estimado de 578.984 mortes (em termos comparativos, em escala global foram registrados

cerca de 161.513.458 casos positivos e 3.352.109 mortes). Além do Brasil, a Índia vem sendo o país com maior número de casos registrados atualmente. Como se ressalta na introdução, este novo surto tornou-se mais um indício alarmante da gravidade do processo de intensificação da crise socioecológica global, com aeroportos e divisas entre as fronteiras nacionais fechadas, além de medidas restritivas de deslocamento e de aglomerações de pessoas em espaços públicos e privados, repassadas pela Organização Mundial de Saúde (UN & WHO, 2021).

No cenário brasileiro, parece não haver dúvidas que, no momento, a expansão dos focos de contaminação deverá exigir ações emergenciais coordenadas dos interesses centrados na redução dos impactos sobre as dinâmicas de crescimento da economia. Como reconhece Aaltola (2020), o tema é altamente polêmico à medida em que, em cenário tão grave como o atual, uma linha de regulação política de intervenção carente de legitimidade social corre o risco de se tornar disfuncional.

A prevenção desta nova Pandemia, sobretudo se apoiada na estratégia, principalmente, de isolamento social (ou quarentena), vem sendo adotada pela grande maioria dos países. Ela gera necessariamente uma desaceleração mais ou menos drástica dos fluxos econômicos que, por sua vez, desencadeia impactos mais ou menos graves na dinâmica global do sistema. Os setores econômicos mais atingidos são aqueles considerados como serviços não essenciais. Esses dilemas estão colocando na pauta das discussões, dentro e fora dos centros de pesquisa, um número surpreendente de novos questionamentos que tangenciam a problemática da experimentação com novos modos de vida.

Uma avaliação panorâmica de estratégias bem-sucedidas de revisão de parâmetros básicos

de governabilidade face a esta nova síndrome na Europa permite destacar aquelas que foram colocadas em prática no início da Pandemia, sobretudo na Alemanha e na Nova Zelândia - países liderados por mulheres. Na China, a adoção de uma política de *lockdown* (restrição vigiada) permitiu limitar o contágio em uma região onde emergiu o novo vírus. Na Venezuela, as drásticas restrições de mobilidade social impostas pelo governo antes da irrupção da pandemia parece ter contribuído para a limitar sua propagação – como observou Ramonet (2020). Mas se acredita que, por enquanto, seria prematuro avançar uma linha de interpretação consistente dos pontos positivos e negativos envolvidos nessas tentativas emergenciais e à jusante da crise.

3. Ensaando o desenho de um novo projeto civilizatório de pós-desenvolvimento

Se a noção de *ecocentrismo* na ecologia política contemporânea afasta-se de uma cosmovisão antropocêntrica-utilitária, os debates sobre *ecossocioeconomias* e *Bem Viver* aproximam-se do desenho de novas formas de coabitação com o planeta, impostas pelo agravamento da crise global e, daqui em diante, pela irrupção de síndromes pandêmicas cada vez mais letais (Sampaio, 2002; 2005; 2010; Fernandes & Sampaio, 2016; Sampaio *et al.*, 2019; Alcântara & Sampaio, 2019, 2020).

Em outras palavras, a passagem do modelo dominante de regulação das economias nacionais para um modelo baseado em um entendimento sistêmico-complexo da dinâmica transescalar de sistemas socioecológicos deveria pressupor um novo ciclo de experimentações com a noção de ecossocioeconomias cultivada pelos intérpretes

do ecodesenvolvimento – numa interface criativa com as propostas de recriação da economia global (Economia de Francisco¹). A intenção seria caracterizá-la, de um ponto de vista ético-político sistêmico, a um código ecocêntrico de valores que prioriza as relações de cuidado com a *teia da vida* e de altruísmo (Callicott, 2011; Ricard, 2013; Fernandes & Sampaio, 2016; Bourg, 2018; Brawn, 2020).

Outra iniciativa que vem avançando na contração do modelo de desenvolvimento guiado pela miragem de um crescimento ilimitado das economias nacionais apoia-se na noção de *decrecimento* (*de-growth*). Esta linha de reflexão, na qual se inserem os princípios que regem as ecossocioeconomias, enfatiza a redução do consumo supérfluo, a adoção de práticas experimentais de agricultura regenerativa e a promoção de uma *economia de proximidade*, de novos estilos de coabitação e, *last but not least*, de instituição de uma renda básica universal. Na base da proposta pode-se encontrar a preocupação pelo resgate do potencial de auto-organização das comunidades locais (Latouche, 2005; 2010; Rist, 2007; Bayon *et al.*, 2012; El Clarín, 2020).

Essas novas opções de dinamização socioeconômica vêm contribuindo para potencializar as pesquisas sobre novos modos de vida que levam em conta a relação entre as diferentes práticas quotidianas (de trabalho, de vida familiar, de consumo, de lazer, etc.) e, por outro lado, as relações que o conjunto destas práticas quotidianas estabelecem com as relações sociais mais gerais” (Guerra, 1993, p. 65). Na análise de “modos de produção” e “modos de reprodução” são levados em conta três níveis

analíticos: sistema e atores; história e cotidiano; e elementos objetivos e subjetivos na percepção do real. A incorporação das dimensões das racionalidades e dos afetos nos diagnósticos corrobora as premissas adotadas por Manfred Max-Neef (1993) no seu conhecido modelo de *Desenvolvimento à Escala Humana* (DEH).

Nesta proposta, Max-Neef (1993) reitera que o melhor processo de desenvolvimento “[...] será aquele que permita elevar mais a qualidade de vida das pessoas e este, por sua vez, dependerá das possibilidades que as pessoas têm de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais” (p. 40). Para o autor, estas necessidades são finitas, classificáveis e universais e se dividem em uma categoria existencial, cujas necessidades passam pelo Ser, Ter, Fazer e Estar. Trata-se de uma categoria axiológica que compreende às necessidades de liberdade, proteção, afeto, entendimento, subsistência, participação, ócio, criação e identidade, que por sua vez se desenvolvem na articulação orgânica das dimensões individual, coletiva e ecossistêmica. Neste sentido, o autor traz um desafio que vem conservando toda a sua relevância nas últimas três décadas: “Já não se trata de corrigir o existente, essa oportunidade já foi perdida há muito tempo. Já não se trata de agregar novas variáveis aos antigos modelos mecanicistas. Trata-se de refazer muitas coisas partindo do zero e de conceber possibilidades radicalmente diferentes” (Max-Neef, 1988, p. 63). Deste ponto de vista transgressivo, a articulação orgânica entre homem, natureza e tecnologia dependeria da existência de uma base sólida, construída a

¹Economia de Francisco faz referência a um manifesto do Papa Francisco que recomenda repensar a função da economia na sociedade. Segundo Max-Neef (1993), a economia deve servir as pessoas e não as pessoas à economia. Uma economia a serviço do bem comum, como sugere as ecossocioeconomias (conceituada no corpo do texto).

partir do protagonismo das pessoas envolvidas na recriação do tecido social comunitário.

Distante da visão de progresso associada ao paradigma da autorregulação pela economia de mercado no sistema capitalista, indutor do “mau desenvolvimento”, Max-Neef (1993) e Ignacy Sachs (2007) insistem na pertinência de se inserir as variáveis de produção, distribuição e consumo de bens e serviços no arcabouço teórico-metodológico das novas políticas de desenvolvimento. Vista desta perspectiva sistêmica, a promoção de sistemas de saúde coletiva articula-se organicamente ao esforço de preservação da resiliência dos sistemas de suporte da vida na ecosfera (Fernandes & Sampaio, 2016).

Por outro lado, tornou-se comum no ambiente acadêmico associar o agravamento dos problemas socioecológicos ao surgimento de novas modalidades de patologias sociais. Mas nos últimos tempos, vem surpreendendo os analistas a possibilidade - anunciada no jornal britânico *The Guardian* em 18 de março de 2020 - de que “*as habitat and biodiversity loss increase globally, the coronavirus outbreak may be just the beginning of mass pandemics*” (2020, s.p.). Isto significa que a problemática das *novas pandemias emergentes* que estão por vir ainda permanecem muito pouco visível no imaginário vigente. Pois as dinâmicas vividas de forma irrefletida, mais ou menos automatizada no cotidiano das sociedades industriais podem chegar a eclipsar uma tomada de consciência das formas emergentes de degradação das condições de habitabilidade do planeta. Neste contexto, como assinala Bittar (2020),

[...] nas ações e nas mentalidades, e sequer nos apercebemos de quão *tóxicos* se tornaram os ambientes

tocados (controlados, manipulados) pela humanidade — da intoxicação do solo, da água, do ar à toxicidade da política, das redes sociais e do convívio cotidiano — constituídos na base do orgulho, do egoísmo, da posse e da competição individualista. Em nosso cotidiano, *normalizamos o absurdo*, e nos habituamos com as *patologias sociais*, sem nos darmos conta de sua periculosidade, apenas nos importando com o surgimento das repentinas *patologias sanitárias* (s. p.).

Na sua opinião, a nova pandemia poderia se transformar em poderoso vetor de transformação radical de atitudes e comportamentos considerados atualmente “normais”, abrindo espaços ainda pouco visíveis para a arquitetura de uma nova ordem societária de corte ecocêntrico.

4. Na rota do decrescimento convivial para o Bem Viver

Para Santos (2010), é difícil imaginar o fim desta nova fase do capitalismo, mesmo que a irrupção da nova pandemia esteja aguçando, com novas e preocupantes evidências, as suas múltiplas contradições: como justificar eticamente o aumento de preços de produtos essenciais a vida, por exemplo, remédio e alimento, neste período de crise diante do aumento da demanda? O autor assinala que sua superação vem se tornando impensável sem um movimento consistente de ruptura drástica com os parâmetros éticos da tradição iluminista ocidental (e por implicação com o paradigma neoliberal de desenvolvimento que se tornou hegemônico na cultura do industrialismo). Dito de outra forma, trata-se essencialmente de “minimizar os custos sociais da acumulação capitalista dominada pelos princípios do individualismo (versus comunidade),

da competência (versus reciprocidade) e da taxa de ganância (versus complementaridade e igualdade)” (Santos, 2010, p. 11). O mesmo ponto é destacado nas reflexões de Porto-Gonçalves (2009), em sua investida contra o enrijecimento das noções usuais de progresso e desenvolvimento no imaginário contemporâneo. Ele salienta que, ao que tudo indica,

[...] a afirmação da diversidade e o legítimo direito à diferença devem mergulhar na compreensão dos complexos mecanismos pelos quais a opressão, a injustiça e a exploração procuram se legitimar, o que significa entender as relações entre as dimensões cultural e social, econômica e política e colecionar novos epistemos entre os protagonistas que estão promovendo processos institucionais de novas configurações territoriais (p. 130).

Esse movimento transformador vem sendo enriquecido na América Latina com a difusão da proposta de *pós-desenvolvimento* do *Buen Vivir*, incorporada inicialmente nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Dos dois países, o Equador tem se destacado mais na implementação da proposta, mediante a implementação do Plano Nacional Estratégico do Bem Viver (Cabanilla, 2014). Este discurso de corte pós-colonialista “inscreve-se como um conceito ontológico, referente às formas de vida e reprodução social dos povos originários em harmonia com os ciclos e o reconhecimento da Mãe Terra (Pachamama)” (Alcântara, 2019, p. 28).

Segundo Hidalgo-Capitán (2012), a proposta contempla três vertentes ideológicas básicas: a indigenista-pachamamista, a socialista-estatista, e o pós-desenvolvimento-ecologista.

A primeira e originária seria a corrente indigenista

e pachamamista, caracterizada pela relevância que se dá a autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver, assim como aos elementos mágico-espirituais (la Pachamama). [...] Estaria vinculada com o pensamento indígena pré-moderno. [...] A segunda seria a corrente socialista e estatista, caracterizada pela relevância que dá a gestão política-estatal do Bem Viver, assim como aos elementos relativos à equidade social. [...] e a terceira seria a corrente pós-desenvolvimentista e ecologista, caracterizada pela relevância que se dá a construção participativa do Bem Viver, com a inclusão de aportes indigenistas, socialistas, feministas, teológicos e, sobretudo, ecologistas (Hidalgo-Capitán, 2012, p. 16).

Neste ensaio, leva-se em consideração sobretudo a terceira vertente, associada ao ideário ecocêntrico-pós-desenvolvimento, ainda que se reconheça a corrente indigenista como expressão do impulso originário que culminou na formatação atual da proposta. Vale a pena salientar que a posição ecocêntrica – que se menciona brevemente acima em sua dupla articulação epistemológica e ético-política – vem se consolidando gradualmente nos debates mais recentes no domínio da teoria política do ecologismo. Ela parece constituir uma linha de argumentação de alto impacto transgressivo num diagnóstico cada vez mais lúcido dos novos desafios colocados pelas novas pandemias emergentes na época do Antropoceno (Eckersley *et al.*, 2010; Santos, 2010; Alcântara & Sampaio, 2017; Vieira, 2019).

Esta proposta vem ao encontro da possibilidade de se imaginar outros modos de vida possíveis, reconhecendo neste sentido o pluralismo de *epistemes* que podem ser correlacionadas a contextos territoriais diferenciados – a exemplo do *Sumak Kawsay* (Quechua), do *Suma Qamaña* (Aymara) ou do *Kume Mongen* (Mapuche). Na concepção de

Alcântara *et al.* (2017, p. 69), este discurso surgiu, por um lado, da crítica ao reducionismo e ao produtivismo do modelo desenvolvimentista ocidental; e por outro, da cosmovisão dos povos indígenas do altiplano andino e que “se configura como uma filosofia de vida cujo valor fundamental está conectado ao bem maior de preservação da natureza e ao direito das comunidades de viverem de acordo com suas tradições”.

Ainda segundo Alcântara & Sampaio (2017, p. 233), “o debate sobre a crise de caráter sistêmico e civilizatório sugere uma reflexão renovada sobre o sentido de *Bem Viver*, o qual se relaciona a qualidade de vida e nos remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida, consumo, política e ética”. Mas caberia sublinhar que o significado deste termo incorpora também a valorização da dimensão territorial no âmbito das políticas alternativas de desenvolvimento e o reconhecimento de outras formas de ser e estar no mundo - que sempre existiram, sobreviveram e preservaram suas características com um certo grau de autonomia frente ao processo de modernização e colonização.

Partindo do princípio da diversidade, valorização e respeito pelos “outros”, se passa de uma alternativa produtivista para uma construção coletiva de formas de vida com novas estruturas políticas, econômicas e sociais. Esta proposta passa pela necessidade de respeito à natureza e pela equidade entre homens e mulheres, em um complexo processo de desconstrução e de superação de velhas categorias coloniais e patriarcais (Alcântara & Sampaio, 2019, p. 37).

Passa-se a dispor assim de pistas promissoras tendo em vista uma experimentação criteriosa com novas formas de vida ajustadas a um contexto globalizado marcado por processos cada vez mais

complexos de intercâmbio de saberes, sentidos existenciais e práticas distintas de interação com ecossistemas e habitats (Walsh, 2005; Acosta, 2010; 2016). Trata-se essencialmente de uma forma emergente de “resistência aos postulados do neoliberalismo em particular, questionando o conceito hegemônico de desenvolvimento e o modo de vida consumista ocidental, cuja concepção de vida expressa uma relação diferente entre os seres humanos e seu entorno social e natural” (Alcântara & Sampaio, 2019, p. 12).

Em Sampaio *et al.* (2017) pode ser encontrado um desdobramento desta linha de reflexão que coloca em pauta o contexto do “território” onde se vive, no qual se vivencia uma relação de pertencimento que favorece a constituição de novos vínculos intersubjetivos que transcendem as modalidades usuais de uso estritamente utilitário de ecossistemas e paisagens. Isto significa forjar novos sentidos existenciais – tanto aqueles de caráter pessoal, intangíveis e intransferíveis, quanto aqueles associados ao cultivo do respeito por todas as expressões de vida na ecosfera. Esta noção ampliada de *individualidade territorializada* abrigaria assim uma noção mais complexa de *comunidade* e, por implicação, nos remeteria ao contexto discursivo mobilizado atualmente pelos intérpretes do *Bem Viver* - esta nova construção ideológica originária dos povos indígenas dos Andes que representa uma ruptura paradigmática com o ideário do *Homo economicus* solidamente embutido na engrenagem do capitalismo corporativo globalizado.

5. Projeções ecossocioeconômicas da concepção do Bem Viver

As experimentações com esta concepção nos mais diversos contextos geográficos permanecem fragmentadas, avançando lentamente em meio a uma longa série de medidas emergenciais colocadas em ação pelos governos nacionais visando reenquadrar políticas sociais, fiscais e monetárias; apoiar as pequenas e médias empresas e o setor informal; direcionar recursos para contingentes socialmente excluídos; e reduzir impostos e taxas de juros – dentre tantas outras. Neste sentido, a irrupção da nova pandemia representa um complicador adicional, pelo fato de precipitar a adoção de mecanismos regulatórios fortemente controversos. Para Enrique Leff (2020) “o futuro planetário é debatido atualmente em torno de quatro sistemas de governo: regimes autoritários, populistas, democracias capitalistas e social-democracias”.

Com base nesta premissa, diante do “estado de exceção” que está emergindo na geopolítica comandada pelo neoliberalismo, o poder soberano impostos pelos governos pode chegar ao extremo de “ditar novas regras de convivência da humanidade com a natureza” (Leff, 2020, p. 11-12). Por sua vez, Aaltola (2020, p. 7, grifos do autor) reconhece também que “essas crises de legitimidade podem ser facilmente usadas para criticar as autoridades ou para construir visões alternativas de um senso "saudável" de coesão nacional”. Dessa forma, este parece ser um momento favorável para se repensar os modos de vida que vêm se consolidando na cultura do capitalismo corporativo globalizado.

Neste contexto marcado por riscos e dilemas de novo tipo, tanto Arturo Escobar (2019) quando Manfred Max-Neef (2005) admitem que os padrões dominantes de racionalidade instrumental nos campos da pesquisa básica e aplicada tornaram-se simplesmente obsoletos. Entretanto, se Escobar

representa uma das figuras de proa da posição de pós-desenvolvimento no campo transdisciplinar da ecologia política contemporânea, as contribuições mais recentes de Max-Neef sugerem que ele ainda acreditava na possibilidade de se continuar operando, em perspectiva crítica, com o assim chamado *paradigma desenvolvimentista* (Rist, 2007). Atualmente isto significa, por exemplo, agilizar a implementação da *Agenda 2030*, que prescreve ações cooperativas visando o alcance dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em termos operacionais, resguardando o critério de *sustentabilidade* que aflorou de forma controvertida durante a *Cúpula da Terra* em 1992, a prioridade recairia, portanto, na intenção de priorizar o combate à pobreza e a promoção de uma vida digna para todos os cidadãos do planeta. Mas, de forma paradoxal, sem deixar de lado as lógicas dominantes de regulação dos sistemas econômicos (ONU, 2015).

Na condução desse controvertido debate, que coloca em confronto duas posições aparentemente incomensuráveis, o que parece estar em jogo é a difícil e incerta transição de paradigmas que poderá, eventualmente, configurar um novo estágio de evolução do *Homo Sapiens Sapiens*. Ao que tudo indica, uma imagem lúcida das chances de enraizamento das estratégias ecocentradas de enfrentamento da crise sugere que deverá se tornar imprescindível a adoção de uma lógica hipercomplexa de *desacoplamento seletivo e antidogmático* das coações estruturais impostas pela nova fase de evolução do capitalismo corporativo. Mas mesmo se estiverem apoiadas numa *metamorfose cognitiva e cultural* (Morin, 2011) em estágio embrionário na cultura do industrialismo, essas dinâmicas dificilmente poderão prescindir da negociação de *trade-offs* nas arenas de tomada de decisão política “em universo

controvertido” (Godard, 2000). Incluem-se aqui, a título de exemplo, as relações entre agroecologia e agricultura de ganhos de escala; entre *ecovillages* e o *design* arquitetônico monodisciplinar; entre *slow movement* e *fast food*; ou entre *degrow*, *transition towns* e desenvolvimento urbano convencional, dentre outras inovações mencionadas abaixo.

Quando se admite a presença de elementos contraditórios nessas dinâmicas sociais que expressam uma *transição ecológica* ainda incipiente na moldura da geopolítica neoliberal, pressupõe-se, com Nicolescu (2002), a necessidade de mobilizar uma lógica alternativa à tradição aristotélica – a assim chamada *lógica do terceiro incluído*. Pois ela nos permite evitar os dualismos estéreis que estão na base do pensamento pré-sistêmico. Dito de outro modo, trata-se de uma nova lógica de pensamento e ação, uma *lógica complexa*, qualitativamente diferente daquela baseada nos princípios de identidade e não-contradição. Como um valioso instrumento de análise da dinâmica de sistemas socioecológicos complexos, sua aplicação tem gerado uma representação ainda muito pouco conhecida das relações entre corpo e mente, entre mente e realidade, entre mente e consciência, entre matéria e espírito. Neste sentido, a posição segundo a qual a matéria e o espírito constituem aspectos interdependentes de um universo indiviso e em evolução tornou-se um dos pilares dessa linha de questionamento dos cânones do paradigma científico analítico-reducionista e da visão de mundo antropomórfica e mecanicista que a sustenta (Sheldrake, 2001).

Com base nessas novas lentes integrativas, parece plausível admitir – por hipótese – que os resíduos do antigo paradigma não poderão inibir a disseminação de modos de vida qualitativamente diferentes do *status quo* industrialista-consumista.

Neste sentido, ganha um relevo especial o debate que vem sendo travado no Brasil nas últimas décadas em torno das assim chamadas *ecossocioeconomias* para o *Bem Viver* (Sampaio *et al.*, 2019).

A noção-chave de *ecossocioeconomias* designa neste ensaio um dos alicerces conceituais e normativos do debate pioneiro sobre ecodesenvolvimento deflagrado no contexto de *follow-up* da Conferência de Estocolmo, em 1972. Desde então, acompanha a mobilização de esforços – dentro e fora do espaço acadêmico - visando internalizar o *pensamento sistêmico-complexo* no campo de pesquisa-ação em ecologia política. Em outras palavras, trata-se de uma categoria híbrida, ainda em construção, que resgata a urgência de uma mudança *radical* de perspectiva na maneira de lidar com o agravamento da crise socioecológica global (Vieira, 2019). Além disso, reflete a preocupação pelo fomento do potencial - desconhecido ou sub-explorado - de *endogeneidade* das novas estratégias de *ecologização da economia* que estão fazendo falta no cenário atual de enrijecimento da ortodoxia neoliberal. Mobilizando a figura das “economias mistas”, já nos anos 1970, Ignacy Sachs sinalizava a urgência de se colocar a economia mercantil no seu devido lugar, ou seja, coabitando (sob incerteza e sem dogmatismos) com múltiplas formas de intercâmbio extramercado de bens e serviços.

O envolvimento sinérgico da sociedade civil organizada sempre foi considerado um elemento essencial na definição e na articulação política de necessidades coletivas, na identificação de potencialidades econômicas ainda invisíveis ou pouco exploradas em cada contexto territorial e, finalmente, na coorganização e no monitoramento dos novos sistemas de gestão ao mesmo tempo integrada, equitativa e compartilhada do patrimônio natural

e cultural da humanidade. Mas, para tanto, seria indispensável dotar indivíduos, grupos sociais e comunidades locais de melhores condições para perceberem, compreenderem e lidarem de forma lúcida - bem-informada, eticamente refletida, inventiva e politicamente responsável – com os *condicionantes estruturais* da crise. Neste sentido, a promoção do ecodesenvolvimento permaneceria inviável na ausência de um esforço hercúleo, sustentado no tempo, de *educação para o ecodesenvolvimento* (Vieira, 2016).

Uma entrada iluminadora neste debate veio à tona mediante a contribuição de Karl William Kapp - um dos mais brilhantes precursores do pensamento ecológico-político europeu subsequente à Conferência de Estocolmo. A sua elaboração da noção de *ecosocioeconomias* inscreve-se, de forma pioneira, na pesquisa inter e transdisciplinar de procedimentos alternativos de avaliação dos *custos socioambientais integrados das dinâmicas de crescimento econômico* processadas nos dois hemisférios. Nos seus textos, o subsistema econômico é modelizado como um *sistema aberto aos outros subsistemas sociais e ao meio biofísico*, refletindo-se na hipótese de que tentar internalizar (neste subsistema) as *externalidades socioecológicas* apelando aos instrumentos convencionais de regulação mercadológica neoclássica conduziria *necessariamente a becos sem saída*. Em outras palavras, acabaria gerando disfunções muitas vezes irreversíveis na busca de saídas consistentes face ao agravamento da crise global. Neste sentido, ele acreditava que

os princípios organizadores dos sistemas econômicos orientados por valores de troca são incompatíveis com as exigências dos sistemas socioecológicos e com a busca de satisfação de necessidade humanas

fundamentais. Nossos critérios tradicionais de eficiência técnica, de cálculos de custos e benefícios e de racionalidade econômica são os pontos cruciais em discussão. Suas limitações tornam-se mais patentes tão logo sejamos capazes de perceber as interações dinâmicas entre os sistemas sociais e econômicos abertos e os sistemas ecológicos específicos (Kapp, 1979, p. 95).

Por outro lado, dificuldades especiais decorriam também dos efeitos cumulativos decorrentes de fatores estruturais

que alimentam a degradação socioecológica e, especialmente, da constatação de que diferentes tipos de poluentes e substâncias tóxicas se disseminam em relação de interdependência, longe dos esquemas de causalidade linear. Mesmo se forem emitidas em quantidades supostamente 'toleráveis', suas interações recursivas tornam-se muitas vezes vetores incompatíveis com a promoção da saúde humana (Kapp, 1972, p. 76).

Kapp denunciava assim a existência de uma *incompatibilidade radical* entre a esfera da economia mercantil e a ecosfera entendida como um sistema dinâmico que evolui submetido a um princípio de causalidade circular (ou recursiva). Dito de outra forma, os valores de uso que escapam da órbita dos mercados supostamente autorregulados (se pensados à luz da teoria econômica neoclássica) exigiriam *necessariamente* uma determinação sociopolítica ecologizada e transescalar. Ou seja, um novo modelo de contrato social (e natural, como queria Michel Serres) que permanece, ainda hoje, fora de foco da *Realpolitik* - mesmo em tempos de catástrofes globais que estão a caminho.

Por sua vez, a difusão da corrente *ecoenergética* (ou bioeconômica) associada sobretudo às

contribuições de Nicholas Georgescu-Roegen, Kenneth Boulding e Herman Daly exerceu também uma forte influência na maturação progressiva da noção de *ecossocioeconomias* associada ao pensamento sistêmico cultivado por Karl William Kapp e Ignacy Sachs. Nos fundamentos da corrente bioeconômica comparece a hipótese de que a dinâmica dos subsistemas socioeconômicos deveria ser repensada à luz das dimensões biofísicas (materiais e energéticas) e da segunda lei da termodinâmica – a *lei da entropia universal*. No centro das análises de Georgescu-Roegen pode ser encontrada uma crítica radical dos limites da *monetarização* (entendida como medida de valor socioeconômico em *economias de crescimento*) que converge com a posição defendida por Kapp. Além de proporcionar uma imagem mais nítida dos processos irreversíveis de dissipação da energia que caracterizam a dinâmica de sistemas socioecológicos complexos – a perspectiva bioeconômica veio impulsionar a criação de novos indicadores de riqueza social, sensíveis às evidências de limites intransponíveis ao crescimento material indefinido num planeta finito.

De forma concisa, Ignacy Sachs reconhece ainda que

devemos a Georgescu-Roegen (1971) a reintrodução dos aspectos físicos da produção no campo de visão do economista ou, em outras palavras, o retorno ao pensamento dos fisiocratas, enquanto a economia clássica e neoclássica não levava em consideração o substrato puramente material dos valores de uso e, por conseguinte, dos valores de troca. Esta capacidade de se concentrar unicamente no aspecto social da produção deu força à ciência econômica, tornando-se ao mesmo tempo o seu ‘calcanhar de Aquiles’. Na verdade, daqui em diante não temos mais o direito de ignorar as bases biofísicas diferenciadas dos processos produtivos que levam ao mesmo valor de troca. Em

particular, a dispersão do calor e a entropia passaram a representar uma dimensão demasiado importante da gestão socioecológica do planeta para que o economista possa deixá-las de lado (Ignacy Sachs, 2007, p. 78-79).

A releitura atenta dos trabalhos de Georgescu-Roegen no novo cenário do Antropoceno projeta-o, portanto, como um dos precursores mais respeitados e qualificados das correntes do “pós-desenvolvimento” e do “decrescimento” que estão se disseminando, por enquanto, sobretudo no contexto europeu (Rist, 2007; Latouche, 2016).

Por sua vez, a noção de *ecossocioeconomias*, designando um amplo leque de inovações sociais que acompanham o controvertido debate em curso sobre estratégias de *transição ecológica*, aponta no sentido da proliferação de experimentos ainda embrionários que mobilizam os rótulos de *economia circular, economia social e solidária, comércio responsável e justo, responsabilidade social corporativa, decrescimento convivial, agricultura ecológica, permacultura, ecovilas, cidades em transição, mobilidade urbana sustentável e slow food* – dentre muitas outras (Sampaio, 2010; Sampaio & Alves, 2019). Apoiadas nas elaborações clássicas de Kapp, Sachs e Georgescu-Roegen, essas inovações refletem hoje em dia os avanços parciais que vêm sendo alcançados pelas forças vivas da sociedade civil organizada em confronto desigual com o *paradigma neoliberal* no *tabuleiro* de xadrez mundial. Elas emergem por meio da criação de novos arranjos socioeconômicos, socioculturais e sociopolíticos nos quais prevalece uma combinação sinérgica de diferentes tipos de organizações: (i) instituições governamentais (mesmo que muitas vezes elas estejam ausentes nas fases de criação e decolagem),

(ii) empresas que promovem a assim chamada responsabilidade social corporativa, atuando em setores econômicos de natureza pública e nas quais as demandas giram em torno de bens e serviços de interesse público; (iii) ONGs, associações, cooperativas e mesmo coletivos universitários de pesquisa-ação no campo das alternativas de desenvolvimento local/territorial. Via de regra, são enfatizadas as dimensões da *endogeneidade* e da *territorialidade* dos processos de dinamização socioeconômica que, a partir das propostas ecodesenvolvimentistas nos anos 1970 e 1980, foram redimensionados no bojo dos programas de criação de Agendas 21 locais em rede gestados por ocasião da *Cúpula da Terra* em 1992 (Sampaio & Alves, 2019).

Essas contribuições enfatizam a existência de bens e serviços que escapam do “reino da mercadoria” e exigem a criação de novas instituições reguladoras ancoradas em premissas (e culturas) diferenciadas. Apelam, portanto, a outros códigos de valores que não os de uma *sociedade de crescimento* e sugerem que existem outras dimensões que desafiam a pertinência do “cálculo econômico-monetário” nos processos alocativos e criadores de valor.

Neste sentido, Gilbert Rist (2007, p. 450-451) corrobora essas inovações e investe de forma contundente contra a crença obsessiva nas supostas virtudes da “mercantilização indiscriminada da natureza e das relações sociais”. Colocando no alvo da sua contestação a solidez adquirida pelo assim chamado “paradigma econômico” na cultura industrialista globalizada, ele apresenta uma linha de argumentação de alto impacto - ao mesmo tempo desmistificador e mobilizador – ao apontar que a economia neoclássica é questionada, sob vários argumentos, sobre sua fragilidade científica.

Neste sentido, a “crença ideológica” no

“desenvolvimento” inscrita no imaginário ocidental-iluminista moderno estaria sustentando a expectativa de que uma dinâmica de crescimento indefinido da produção e do consumo de bens materiais - em nome do “progresso” e da “superioridade da civilização tecnoindustrial” face a outras cosmovisões e outras culturas - poderia continuar a ser considerada viável, desejável e legítima nos próximos tempos. A seu ver, esta crença permanece insensível ao agravamento tendencial irreversível da crise socioecológica global e a um dos seus corolários mais destrutivos: a ampliação tendencial das desigualdades sociais e da violência nos quatro cantos do planeta. Em conclusão, ao invés de simplesmente denunciá-la, propõe que deveríamos passar a combatê-la com determinação.

Em síntese, a crença no ideário do “desenvolvimento” (leia-se: neoliberal) estaria profundamente ancorada na crença nas virtudes do crescimento contínuo das economias nacionais transnacionalizadas. Ambas as crenças se retroalimentam, já que “para se reproduzir (e assegurar sua lucratividade), os sistemas socioeconômicos devem crescer indefinidamente, e não se poderia decrescer num sistema global baseado no crescimento” (Rist, 2007, p. 452). Para sair do impasse, existiria outra alternativa senão continuar acreditando em ilusões de ótica e promessas inviáveis? Ao constatar que todas as políticas oficiais de “desenvolvimento” das sociedades termoindustriais (inclusive aquelas que mobilizam o debate sobre *transição ecológica* apoiado na controvertida noção de *sustentabilidade*) nas últimas décadas acabaram alavancando a tendência hegemônica de “expropriação material e cultural” do patrimônio comum da humanidade, Rist acredita que sim. Suas reflexões apontam no sentido da criação de *novos modos de vida* plurais

e fundados no cultivo de uma ética ecocêntrica. O debate está lançado e vem se tornando a cada dia mais urgente dinamizá-lo.

6. Indeterminações

Em síntese, a irrupção da pandemia do Covid-19 veio provocar mais um duro golpe no imaginário economicista-tecnocrático dominante, desafiando o *mainstream* das políticas neoliberais de desenvolvimento e, por implicação, das modalidades usuais de organização dos sistemas sociais e, sobretudo, de promoção do direito à saúde integral das populações. Além disso, a perspectiva de uma transição convulsionada rumo a um novo patamar de readaptação da humanidade a um cenário de distúrbios irreversíveis nas dinâmicas planetárias deverá exigir um esforço hercúleo de reordenamento estratégico dos sistemas científico-tecnológicos.

Neste ensaio, sugeriu-se que a corrente indigenista do *Buen Vivir* constitui atualmente uma expressão renovada da possibilidade que se tem de dotar de *valor intrínseco* nada mais nada menos do que a *sacralidade de todas as manifestações de vida na ecosfera*. Esta abordagem decididamente ecocêntrica resgata, com novas lentes, os impasses que continuam cercando a exploração preventiva-proativa de *novos mundos possíveis*, agora à luz de uma transformação paradigmática da ótica antropocêntrica solidamente implantada no DNA da civilização termoindustrial. Seus intérpretes convidam-nos, assim, ao cultivo de uma abertura lúcida e corajosa às experimentações criativas de *novos modos de vida* na fase pós-pandemia do Covid-19. Mas a viabilidade dessas iniciativas parece depender, inescapavelmente, de uma *metamorfose*

cognitiva e cultural nutrida pelo pensamento sistêmico-complexo. Em termos concisos, trata-se de

situar todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente - cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. [...] Um tal pensamento torna-se, inevitavelmente, um pensamento sintonizado com a problemática da complexidade, pois não basta inscrever todas as coisas ou acontecimentos num 'quadro' ou numa 'perspectiva'. Trata-se de procurar sempre as relações e inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes (Morin, 2000, p. 25).

Caos e ordem, unidade e diversidade, continuidade e descontinuidade, reversibilidade e irreversibilidade se interpenetram nessa imagem não dual de um novo ciclo histórico de *inter-relacionamento dinâmico* envolvendo os sistemas sociais e seu substrato biofísico. As noções de *incerteza, irreversibilidade, resiliência ecossistêmica, capacidade adaptativa, aprendizagem transformadora ecológica, auto-organização, transdisciplinaridade e "ecologia da ação"*, dentre outras, passam a compor assim os novos enfoques analíticos, avaliativos e estratégicos que necessitaremos daqui em diante.

Essa abertura a uma nova tomada de consciência do que é o ser humano e do sentido mais profundo de *estar-no-mundo* poderá eventualmente favorecer a desmistificação dos tabus e convenções profundamente internalizados em nossos hábitos cotidianos. A *sabedoria ecológica* derivada desse nível superior de auto-conhecimento constitui, do ponto de vista sugerido neste ensaio, uma via privilegiada de acesso a uma visão unitária da matéria, da vida e da consciência. Desse processo desafiador de

aprendizagem transformadora ecologizada na fase pós-pandemia espera-se a maturação e a disseminação de uma maneira radicalmente nova de entrar em relação com uma realidade em transformação contínua, plena de surpresas e mistérios, na qual os seres humanos passam a se identificar com a *comunidade de seres* que floresce na fina superfície do nosso planeta— uma imensa e cada vez mais complexa teia de eventos inter-relacionados, conectando as espécies vivas e o meio abiótico (Vieira, 2019). Ao que tudo indica, na fase pós-Covid-19 a forja ao mesmo tempo lúcida e corajosa dessas “*novas culturas, marcadas por um sentido de união com algo maior do que nós mesmos*” (Laszlo, 2001, p. 135) deverá merecer uma atenção privilegiada de todos aqueles que continuam preocupados com o futuro do habitat planetário.

Referências

- Aaltola, M. Covid-19: A trigger for global transformation? *Journal of Perinatology*, 29, 262–275, 2020.
- Acosta, A. *El Buen Vivir en el camino del postdesarrollo*. Quito: Fundación Friedrich Eber, FES-ILDIS, 2010.
- Acosta, A. *O bem viver: uma oportunidade de imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante e Autonomia Literária, 2016.
- Alcântara, L. C. S. Bem Viver ou vida em plenitude. In: Sguarezzi, S. B (Org.). *Ambiente e sociedade no Brasil central*. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora UNEMAT, p. 28-38, 2019.
- Alcântara, L. C. S.; Grimm, I.; Sampaio, C.A.C.; Mantovanelli Jr, O.; Feuser, S.; Garcia, M. Bem Viver: discussões teórico conceituais. *Revista Pensamiento Actual*, 17(28), 66-77, 2017.
- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 231-251, 2017. doi: 10.5380/dma.v40i0.48566.
- Alcântara, L. C. S.; Sampaio, C. A. C. *Bem Viver e ecossocioeconomias*. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- Alcântara, L.C.S.; Sampaio, C. A.C. Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 53, 78-101, 2020. doi: 10.5380/dma.v53i0.62963.
- Bayon, D.; Flipo, F.; Schneider, F. *La décroissance*. Dix questions pour comprendre et débater. Paris: La Découverte, 2012.
- Bittar, E.C.B. *Coronavírus: uma pandemia para rever as patologias sociais do cotidiano*, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-08/pandemia-rever-patologias-sociais-cotidiano>> Acesso em: mai. 2020.
- Bourg, D. *Une nouvelle Terre*. Paris: PUF, 2018.
- Brasil. Ministério da Saúde. *O que é coronavírus?* 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/o-ministro/746-saude-de-a-a-z/46490-novo-coronavirus-o-que-e-causas-sintomas-tratamento-e-prevencao-3>> Acesso em: set. 2021.
- Braun, S. S. Pope Francis, and economic democracy: understanding Pope Francis’s radical (yet) practical approach to political economy. *Theological Studies*, 81(1), 203-224, 2020. doi.org/10.1177/0040563920907077.
- Cabanes, V. *Un nouveau droit pour la Terre*. Pour en finir avec l’écocide. Paris: Seuil, 2016.
- Cabanilla, E. Turismo comunitario, su complejidad y aporte al buen vivir: construcción de políticas públicas en base a modelo complejo de desarrollo territorial. In: *Ier Encuentro Internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR*. La Paz, Bolívia, 7 oct., 1-6, 2014.
- Callicott, J.B. *Pensées de la Terre*. Paris: Éditions Wildproject, 2011.
- Capra, F.; Mattei, U. *A revolução ecojurídica*. O direito sistêmico em sintonia com a natureza e a comunidade. São Paulo: Editora Cultrix, 2018.
- Carbajosa, A.; Bassets, M. *Alemanha anuncia ter controlado coronavírus enquanto França ensaia estratégia para*

- deixar quarentena. El País, Berlim e Paris, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-18/alemanha-anuncia-ter-controlado-coronavirus-enquanto-franca-ensaia-estrategia-para-deixar-quarentena.html>> Acesso em: ago. 2021.
- Eckersley, R. *Environmentalism and political theory. Toward an ecocentric approach*. London: UCL Press, 1992.
- Eckersley, R.; Dobson, A.; Callicott, J.B. *Political theory and the ecological challenge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- El Clarín. Academia holandesa propõe um decrescimento sustentável. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2020/04/28/academia-holandesa-propoe-decrescimento-sustentavel/>> Acesso em: abr. 2020.
- Escobar, A. Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra: SUReando desde Abya Yala/Afro/Latino/América. *Edición Especial Dossiê SULear*, 2(2), 36-49, 2019.
- Fernandes, V.; Sampaio, C. A. C. A natureza da problemática socioambiental. In: Silva, S. D. e; Sayago, D.; Toni, F.; Campos, F. I. *Ensaio em ciências ambientais: crises riscos e racionalidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 153-166, 2016.
- Fung, T. S.; Liu, D. X. Human coronavirus: host-pathogen interaction. *Annual Review of Microbiology*, 73, 529-557, 2019. doi: 10.1146/annurev-micro-020518-115759
- Godard, O. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: P.F. Vieira; J. Weber (Orgs.) *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. Novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 201-266, 2000.
- Guerra, I. *Modos de vida: novos percursos e novos conceitos*. Sociologia – Problemas e Práticas. N. 13, 59-74, 1993.
- Hidalgo-Capitán, A. L. El buen vivir ecuatoriano en el contexto de la economía política del desarrollo. En: Dominguez, R.; Tezanos, S. (Eds.). *Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo*. Santander: Universidad de Cantabria: 2012. Disponível em: <http://congresoreedes.unican.es/actas/PDFs/202.pdf>. Acesso em abr. 21.
- Kapp, K.W. The implementation of environmental policies. In: *Development and environment*. Working Paper, Founex Conference. Paris: The Hague, p. 67-94, 1972.
- Kapp, K.W. A natureza economia como um sistema aberto e suas implicações. In: Dopfer, K. (Org.) *A economia do futuro*. Em busca de um novo paradigma. Rio de Janeiro: Zahar, p. 91-104, 1979.
- Laszlo, E. *Macrotransição*. O desafio para o Terceiro Milênio. São Paulo: Axis Mundi, 2001.
- Latinne, A.; Hu, B.; Olival, K. J.; Zhu, G.; Zhang, L.; Li, H.; Daszak, P. Origin and cross-species transmission of bat coronaviruses in China. *Nature Communications*, 11(1), 1-15, 2020.
- Latouche, S. *Décoloniser l'imaginaire*. La pensée créative contre l'économie de l'absurde. Lyon: Parangon, 2005.
- Latouche, S. *Le pari de la décroissance*. Paris: Fayard & Pluriel, 2010.
- Latouche, S. *Les précurseurs de la décroissance*. Une anthologie. Neuvy-en-Champagne, 2016.
- Leff, E. A cada quien su virus la pregunta por la vida y el porvenir de una democracia viral. HALAC – Historia Ambiental, Latinoamerica, Caribeña-HALC. *Revista de la SOLCHA*, 2020. Disponível em: <https://halacsolcha.org/2020Leff.pdf>. Acesso em mar. 21.
- Max-Neef, M. *La Economía descalza*. Editora Nordan, Montevideo: 2.ed., 1988.
- Max-Neef, M. Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*, 53, 5-16, 2005.
- Max-Neef, M. *Desarrollo a escala humana*. Barcelona: 1993.
- Morin, E. *A cabeça bem-feita*. Repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- Morin, E. *La voie*. Pour l'avenir de l'humanité. Paris: Fayard, 2011.
- Nicolescu, B. *Manifesto of transdisciplinarity*. New York: State University of New York (SUNY) Press, 2002.
- Oliveira, M. *Por que a Itália tem mais mortes pelo novo coronavírus?* Folha de São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/por-que-a-italia-tem-mais-mortes-pelo-novo-coronavirus.shtml>> Acesso em: abr. 2020.

- ONU – Organização das Nações Unidas. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em fev. 21.
- Porto-Gonçalves, C. W. De saberes y de territorios: diversidad y emancipación de la *experiencia latinoamericana*. *Polis, Revista de la Universidad Bolivariana*, 8(22), 121-136, 2009. doi: 10.4067/S0718-65682009000100008
- Ramonet, I. La pandemia y el sistema – mundo. *La Jornada*. México, 2020. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/ultimas/mundo/2020/04/25/ante-lo-desconocido-la-pandemia-y-el-sistema-mundo-7878.html>> Acesso em: abr. 2020.
- Reyes, L. G. *Colapso del capitalismo global y transacciones hacia sociedades comunitarias*: mirando más allá del empleo. Bilbao: Manu Robles Arangiz Fundazioa, 2020.
- Ricard, M. *Plaidoyer pour l'altruisme*. La force de la bienveillance. Paris: Nil éditions, 2013.
- Rist, G. *Le développement*. Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2007.
- Rockström, J., Steffen, W., Noone, K., Persson, Å., Chapin, F. S., Lambin, E. F., ... & Foley, J. A. A safe operating space for humanity. *Nature*, 461(7263), 472-475, 2009.
- Sachs, I. *Estratégias de transição para o século XXI*: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.
- Sachs I. *Rumo à ecossocioeconomia*. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007 (Organizado por Paulo Freire Vieira).
- Sampaio, C. A. C. Conhecimento organizacional como um novo enfoque analítico para formulação de estratégias em organizações In: *Anais de 54a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. Goiânia (GO), 7-12 jul., 2002.
- Sampaio, C. A. C. *Turismo como fenômeno humano*: princípios para se pensar a socioeconomia sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2005.
- Sampaio, C. A. C. *Gestão que privilegia uma outra economia*: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: Edifurb, v. 1, 2010.
- Sampaio, C. A. C.; Alves, F. K. Ecossocioeconomias: um conceito em construção. In: Sampaio, C.A.C.; Grimm, I. J.; Alcântara, L. C. S.; Mantovaneli Jr, Oklinger. *Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. Blumenau: Edifurb, p. 15-34, 2019.
- Sampaio, C. A. C.; Grimm, I.; J.; Alcântara, L. C. S.; Mantovaneli Jr, O. (Org.) *Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis*. 1. ed. Blumenau: Edifurb, v. 1, 2019, 219p.
- Sampaio, C. A. C.; Parks, C.; Mantovaneli JR, O.; Quinlan, R.; Alcântara, L. Bem viver e ecossocioeconomia: entre subjetividade e o bem comum. *Saúde e Sociedade*, 26(1), 40-50, 2017.
- Santos, B.S. *Decolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.
- Santos, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Editora Almedina, 2020.
- Schubert, K. Crying for repression: populist and democratic biopolitics in times of Covid-19. *Critical Legal Thinkin - Law and the Political*, 2020. Disponível em: <<https://philpapers.org/archive/SCHCFR.pdf>>. Acesso em: abr. 2020.
- Sheldrake, R. *L'âme de la nature*. Paris: Albin Michel, 2001.
- Steffen, W., Richardson, K., Rockström, J., Cornell, S. E., Fetzer, I., Bennett, E. M.; Sörlin, S. Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet. *Science*, 347(6223), 735-747, 2015.
- The Guardian. *Tip of the iceberg*: is our destruction of nature responsible for Covid-19? Environment Session. London: The Guardian, 2020. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/18/tip-of-the-iceberg-is-our-destruction-of-nature-responsible-for-Covid-19-aoe>> Acesso em: jun. 2021.
- Ty, R. *From fear to compassion*: contradictions in the time of the coronavirus pandemic, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/42517141/Rey_Ty_Article_2020_._._From_Fear_to_Compassion_Contradictions_in_the_Time_of_the_Coronavirus_Pandemic> Acesso em: abr. 2020.

UN – United Nation. *Coronavirus-driven debt crisis threatens poor countries already at risk, says UN report*, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/04/1061492>. Acesso em: abr. 2020.

UN – United Nations; CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *Covid-19 tendrá graves efectos sobre la economía mundial e impactará a los países de América Latina y el Caribe*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/covid-19-tendra-graves-efectos-la-economia-mundial-impactara-paises-america-latina>. Acesso em mai. 2021.

UN – United Nation; UNDP – United Nations Development Programme. *Human development indices and indicators* 2018. New York: UNDP, 2018.

UN – United Nation; WHO – World Health Organization. *Dashboard Coronavirus (Covid-19)*. Disponível em: <https://covid19.who.int/> Acesso em: mai. 2021.

Vernimmen, T. Closing in on the new coronavirus. *Knowable Magazine from Annual Reviews*, 2020. Disponível em: <https://www.knowablemagazine.org/article/health-disease/2020/closing-new-coronavirus> Acesso em: abr. 2021.

se/2020/closing-new-coronavirus Acesso em: abr. 2021.

Vieira, P. F. Ecodesenvolvimento: desvelando novas formas de resistência no Antropoceno. In: Souza, C.M.M.; Sampaio, C.A.C.; Alves, A.R.; Alcântara, L.C.S. (Orgs.) *Novos Talentos*. Processos de educação para o ecodesenvolvimento. Blumenau: Nova Letra Editora, p. 23-63, 2016.

Vieira, P. F. A ética do ecodesenvolvimento na Era do Antropoceno: uma perspectiva ecocêntrica-transdisciplinar. In: L. F. Florit; C.A.C. Sampaio; A. Philippi Jr. (Eds.). *Ética Ambiental*. Barueri (SP): Manole, p. 17-40, 2019.

Walsh, C. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. *Signo y pensamiento*. XXIV(46), 39-50, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86012245004>. Acesso em: mai. 2021.